

# O CRISTÃO E A POLÍTICA

Doutrina Agamenon Pr.Elimas Gedeon Nc48498 Provérbios 28.12 19052016 Art: anônimo

## INTRODUÇÃO

O cristão, ao aceitar a Cristo, torna-se cidadão dos céus, com direito a morar na santa cidade, na Jerusalém celestial. Entretanto, enquanto Jesus não vem, continua vivendo no mundo e, enquanto aqui está, é um cidadão da terra e, como tal, inevitavelmente, acaba se inserindo no contexto político.

- Muito se tem falado sobre o crente e a política, havendo desde posições que consideram o envolvimento do cristão com a política como o próprio desvio espiritual até posições que imiscuem, sem qualquer cerimônia, as igrejas locais em embates político-partidários. Nem uma nem outra posição encontram qualquer respaldo bíblico e busquemos ver qual o posicionamento bíblico a respeito do assunto.

- A política é algo que está presente em qualquer grupo humano. O próprio Deus, quando criou o homem, afirmou que ele deveria dominar sobre o restante da criação(Gn.1:26), bem como, no jardim onde o colocou, disse que ele deveria guardá-lo(Gn.2:15), numa clara demonstração que a natureza humana envolvia o exercício do poder, consequência do próprio livre-arbítrio de que ele era dotado. Ora, toda relação de poder é uma relação política e, neste sentido, certíssimo estava Aristóteles, o grande filósofo grego, ao afirmar que o homem é um animal político.

- Após o dilúvio, Deus renovou o pacto com o gênero humano e nele foi mantido o papel de domínio e de poder sobre o restante da criação(Gn.9:2), ainda que bem demonstrada a limitação da autoridade humana, como vimos na lição sobre a pena de morte(Gn.9:5,6). Não tardou muito e surgiu o primeiro grande dominador do povo (Ninrode -Gn.10:8,9) e o governo humano apresentou-se desafiador contra Deus, a ponto de o Senhor ter destruído aquela. Comunidade política única por meio do juízo de Babel(Gn.11:7-9). Bem se vê, portanto, que a existência de governo, de poder, de domínio, de política não é algo contrário à ordenação divina, mas, sim, seu mau exercício.

- Deus, então, diante do fracasso da comunidade política única, resolve formar uma nação e Seu projeto inicia-se com a chamada de Abrão(Gn.12:2). Esta nação, que seria Israel, não deixou de ser uma nação em que existiram governo e relações de poder. Ainda que o projeto primitivo de Deus tenha sido o de, pessoalmente, reinar sobre os israelitas (Ex.19:5,6; ISm.8:7), jamais deixou de existir um governo que fizesse cumprir as leis (Ex.18:14-26;22:9; Nm.1:4-16;Jz.2:16-19).

- Quando o povo de Israel quis ter uma estrutura política semelhante aos dos demais povos, Deus lho concedeu, tendo, então sido criada a monarquia, com o governo sendo dirigido por um rei, segundo regras que já haviam sido estabelecidas por Moisés(Dt.17:14-20), renovadas por Samuel (ISm.8:9-22). Até o cativo da Babilônia, no reino do sul, os israelitas foram governados por reis e, depois, estiveram sob domínio estrangeiro até a destruição de Jerusalém no ano 70, salvo o pequeno intervalo, no período intertestamentário, em que tiveram independência e foram governados pela dinastia dos Asmoneus.- Jesus jamais se indispôs contra a instituição do governo e, observemos, nos

seus dias, os judeus estavam sob o impiedoso governo romano. Instigado pelos fariseus, afirmou que devemos dar a Deus o que é de Deus e a César (que nada mais é que o Estado, que o governo humano), o que é de César (Mt.22:21), uma afirmação que o historiador francês Fustel de Coulanges que, em seu livro A Cidade Antiga, entende ser o término da Antiguidade, onde, sempre, o poder humano fora considerado indissolúvelmente ligado à religião e à divindade. Por causa disto, os cristãos seriam perseguidos pelo Império Romano, pois, embora reconhecendo a autoridade das instituições romanas (Rm.13:1-7; IPe.2:13-17), jamais admitiram que ela fosse divinizada.

- Na própria u626326995\_igrej, foi instituído o governo humano (Rm.12:4-8; Ef.4:11-16; IPe.5:1-4), governo, igualmente, necessário mas limitado, inteiramente submisso à vontade de Deus.

- Por isso, manifestações como as do anarquismo (doutrina que é contrária a qualquer espécie de governo ou de poder) são inteiramente contrárias à vontade de Deus e devem ser evitadas e combatidas pelos sinceros servos do Senhor.

## I. O CRISTÃO COMO CIDADÃO DOS CÉUS

- O cristão, quando aceita a Jesus, passa a ter uma nova cidadania, pois, como dizem as Escrituras, passa a ser filho de Deus (Jo.1:14; Rm.8:16,17). Deste modo, Deus passa a ser o seu Senhor e, por isso, temos um propósito primeiro em nossas vidas que é o de obedecermos a Deus e de sermos, com nossas ações, instrumentos da glorificação de Deus no mundo (At.5:29; Mt.5:13-16). Deste modo, seu objetivo é aguardar a chamada para habitar na Jerusalém celestial (Fp.3:20). Por termos esta cidadania (Ef.2:19), passamos a ser verdadeiros embaixadores deste reino celestial (II Co.5:20), um reino que é diferente dos deste mundo (Jo.18:36).

- O fato de sermos cidadãos dos céus, faz com que tenhamos direitos e deveres perante Deus, pois cidadão é aquele dotado de direitos e de deveres (mormente na época em que os textos bíblicos foram escritos, onde nem todo ser humano era cidadão, já que os escravos e servos direito algum possuíam). Em razão disto, como afirmam os textos aludidos no item anterior, temos de ter um viver honesto, um testemunho irrepreensível diante dos demais homens, pois somos os anunciadores da vida eterna em Cristo. É por isso que a Bíblia fala-nos sempre que o verdadeiro cristão é um cidadão exemplar na terra (Sl.15; Gl.5:21,22; Rm; 13:3,4; IPe.2:13-16).

- Assim, ao contrário do que muitos dizem, o cristão, por ser um cidadão dos céus, é um exemplar cidadão na terra, sem que seja submisso incondicional das autoridades constituídas. Aliás, num certo sentido, sempre serão vistos, pelos governantes ímpios e iníquos, como perturbadores da ordem injusta (I Rs.18:17,18), porque serão vozes vigorosas, menos com palavras e muito mais com obras, da justiça e da retidão.

## II. O CRISTÃO COMO CIDADÃO NA TERRA

Embora passe a ser filho de Deus e, por conseguinte, cidadão nos céus, o cristão continua vivendo no mundo (Jo.17:11-18), até porque é necessário que esteja no mundo para ser embaixador do reino de Deus na terra. Assim, necessariamente, o cristão deve participar do dia-a-dia da vida da sociedade onde vive e este cotidiano envolve a atividade política que, como vimos, está presente em todas as ações sociais.

a) Cumprir com seus deveres- Jesus, embora fosse o Filho de Deus, não deixou de cumprir com seus deveres cívicos, seja como israelita(Mt.5:17), seja como indivíduo sob o jugo romano(Jo.18:38). No episódio do pagamento do tributo que cobraram de Jesus mediante questionamento a Pedro, isto ficou bem claro(Mt.17:24-27). Neste sentido, pois, todo cristão, como imitador de Cristo (ICo.11:1; I Pe.2:21), deve também ser um cidadão exemplar, cumprindo as leis, logicamente as que não ofenderem a cidadania celestial e, entre as leis, está a que impõe como dever o de participar da escolha dos governantes: o direito e dever do voto.

b) Exercício do voto - É através do exercício do voto que são escolhidos os governantes num país democrático, como é o Brasil, não podendo, pois, os servos de Deus omitirem-se de votar e escolher os governantes, porquanto tal gesto será fazer sempre triunfar pessoas descompromissadas com a Palavra de Deus. Se os cristãos se omitirem, certamente que os candidatos aos cargos públicos serão sempre pessoas que não farão a mínima questão de apresentarem programas e planos de governo que tenham pontos e premissas concordantes com a doutrina da Palavra de Deus, pois, diante da omissão dos cristãos, tal observância não se fará necessária. A consequência será, sempre, a subida ao poder de governantes que farão o que não é agradável a Deus e a história de Israel está repleta de exemplos do que acontece com a nação que é governada por este tipo de gente. O cristão deve fazer o bem, como o seu Senhor(At.10:38), e, neste bem, está o de participar da escolha de pessoas que, ao governarem nossa sociedade, tenham, pelo menos, temor a Palavra de Deus ou a seus preceitos. A democracia é isto, como deixou claro o presidente norte-americano Abraham Lincoln que definiu a democracia como o "governo do povo, pelo povo e para o povo".

c) A condutas dos candidatos- O cristão, enquanto eleitor, deve analisar as propostas e as condutas dos candidatos, de modo a verificar se são pessoas comprometidas com a Palavra de Deus ou que demonstram ter respeito e observância por preceitos bíblicos. O cristão deve examinar tudo o que se passou na vida do candidato, suas palavras, seus gestos e atitudes ao longo de sua história, bem como verificar se suas promessas têm fundamento e são factíveis, ou se somente são manifestações demagógicas e conversas levianas, que buscam engodar e enganar o eleitor. Devemos examinar tudo e reter o bem (I Ts.5:21). Se se tratar de um candidato que seja servo de Deus, esta análise deve ser ainda mais cuidadosa, devendo ser destacada a vida espiritual do candidato e o propósito de Deus na sua vida.

- O cristão, enquanto eleitor, deve verificar os candidatos à reeleição e observar o que fizeram pela população, como se comportaram diante das grandes questões e temas que surgiram durante o seu mandato e se suas atitudes e decisões estão de acordo com a Palavra de Deus(Pv.18:17). É precisamente aqui que se encontra a maior falha de nossa democracia, pois as pessoas costumam dizer que os políticos somente aparecem na hora da eleição, o que é uma triste realidade, mas, também, os eleitores só pensam no assunto na proximidade das eleições, sendo rotineiro encontrar pessoas que nem sequer se lembram em quem votaram na eleição anterior.

O resultado disto é que os políticos, uma vez eleitos, não são acompanhados nem fiscalizados pela população e, assim, estão livres para fazer o que bem entenderem e, quatro anos depois, aparecerem com suas promessas e engodos, que seriam, facilmente, desmascarados se houvesse acompanhamento. O cristão deve ser pessoa prudente e que,

no silêncio de sua observação, faça um profundo julgamento e exame das atitudes do candidato que elegeu.

d) Oferta de vantagens e fiscalização - No momento de escolha dos governantes, o cristão deve repelir e rechaçar veementemente aqueles que buscam comprar seu voto, oferecendo vantagens e presentes, inclusive "para a obra do Senhor". Deus não precisa de barganhas de políticos e a Palavra de Deus é dura contra aqueles que se deixam subornar e vender (Ex.23:8; II Cr.19:7; Jó 15:34; Sl.26:9-12). Como é triste verificar que muitos crentes e, porque não dizer, ministros, apoiam este ou aquele candidato, em troca de favores e vantagens pessoais ou para "a obra de Deus". Só no fato de ter havido oferta ou pedido de presentes, está havendo compra de votos, que, pela atual legislação brasileira, é apenado com a própria cassação da candidatura ou do mandato conquistado (lei 9.840/1997) e um abominação aos olhos do Senhor. Fugamos disto e jamais votemos nestas pessoas!

- Além de fiscalizar as autoridades, os cristãos devem sempre buscar cooperar com elas, de forma a contribuir para que se atinja o bem comum, que se cumpram as promessas realizadas e que haja a melhoria das condições de vida da população. Neste ponto entendemos que a u626326995\_igrej tem sido extremamente falha, nem sequer cumprindo com o seu dever bíblico de interceder pelas autoridades em suas orações (Ed.6:9; Jr.29:7; I Tm.2:1,2). É dever de todo cristão e dos ministros, em especial, estar à disposição das autoridades para contribuir nas tarefas de bem-estar e de implementação das políticas e programas que sejam benéficos para o povo, bem como para aconselhamentos e pareceres a respeito de decisões que devem ser tomadas, aconselhamentos e decisões que devem ser feitos sempre à luz da Palavra de Deus. Como luzes do mundo, devemos impedir que as autoridades fiquem obscurecidas pelo deus deste século (II Co.4:4), como fizeram Paulo e Barnabé em relação ao pro cônsul Sérgio Paulo (At.13:6-12).

e) Ser candidato a cargo eletivo - O cristão, como qualquer cidadão, pode, também, ser candidato a cargo eletivo, sendo até desejável que os governantes sejam sinceros e fiéis servos do Senhor, pois, como a história de Israel mostra-nos, sempre que há um governante temente a Deus, há prosperidade para a nação, pois o governante, orientado pelo Espírito de Deus, age com sabedoria, justiça e retidão. Não tem respaldo bíblico a conduta de certas denominações evangélicas que proíbem a seus membros a atividade político-partidária, até porque, segundo a lei brasileira, impossível que alguém possa ser eleito se não estiver filiado a um partido político (artigo 14, § 3º, inciso V da Constituição da República). A Bíblia está repleta de exemplos de homens fiéis que foram usados por Deus exatamente no governo de povos e nações, como é o caso de Davi, de Daniel (o único estadista da história humana a ter servido a três impérios distintos) e do pro cônsul Sérgio Paulo (At.13:7,12).

- Embora todos sejamos cidadãos, entendemos que os ministros e os que cooperam ativamente na casa e na obra do Senhor (oficiais, cooperadores, dirigentes de segmentos da igreja) não podem ser candidatos a qualquer cargo eletivo, a menos que renunciem à função que exerça. Com efeito, a igreja, enquanto instituição humana (igreja local) e divina (igreja, povo de Deus) é incompatível com a atividade político-partidária. A igreja prega a todos os homens (Mc.16:15), quer ser aceita por todos os homens (I Co.9:19-22), quer que todos os homens cheguem ao conhecimento da verdade (I Tm.2:3,4). Ora, nesta sua função totalizante, não pode jamais a igreja se envolver na atividade político-partidária, que é uma atividade de parte, como diz o próprio nome "partido", que defende o interesse de alguns, que busca prevalecer sobre outros. Esta é uma atividade totalmente contrária ao propósito

da igreja e é representada, aos olhos da sociedade, enquanto instituição, por aqueles que a presidem, que trabalham, por chamado de Cristo, para o aperfeiçoamento dos santos.

- Ora, se estas pessoas exercem estas funções por chamado de Cristo, enquanto cidadãos dos céus devem obedecer mais a Deus do que aos homens e, por isso, devem se abster de exercer qualquer atividade político-partidária, precisamente porque não é este o seu dom. É interessante notar que, na organização de Israel, Deus deixou bem distintas as atividades dos governantes e dos sacerdotes, jamais permitindo que houvesse confusão neste particular. Todos os exemplos de pessoas que procuraram, de alguma forma, confundir as duas atividades, tiveram más consequências em suas vidas, como se pode observar nas vidas de Samuel (I Sm.8:1-4), Saul (ISm.13:8-14) e Uzias (II Cr.26:16-21).

## CONCLUSÃO

A igreja deve atuar politicamente na sociedade, mas uma política totalizante, que busque defender a justiça e a retidão, segundo os preceitos do Evangelho, em todas as ações, programas e ideias que surgirem, a fim de que, seguindo a Palavra de Deus, possa a sociedade melhorar e ter condições de vida cada vez melhores, pois só a bênção de Deus enriquece e não acrescenta dores(Pv.10:22). A igreja deve defender, com vigor, a observância da Palavra de Deus e denunciar toda e qualquer medida que contrarie a vontade de Deus. Ser uma voz que clama no deserto e que procure aplainar o caminho do Senhor no meio de uma geração perversa e iluminar os governantes para que cheguem ao conhecimento da verdade (Is.40:1-5; At.2:40; 13:8-11). Com respeito e obediência, a igreja deve, sempre, mostrar aos governantes onde está a verdade e o que Deus deles requer. É esta a atuação política que deve ter a igreja, um outro prisma de sua pregação evangélica, que nada tem a ver com partidos políticos ou com interesses pessoais ou de segmentos da sociedade.

Devemos, pois, de forma vigorosa, trazer esta consciência da dupla cidadania a cada cristão que, então, além de ser um eleitor consciente, fiscalizador e sábio, poderá até ser, se não estiver envolvido com a liderança da igreja, um candidato e um governante exemplares, mas sobretudo, teremos igrejas que contribuirão com os governantes para que haja paz, quietude e sossego no meio de nova brava gente brasileira. Que, com nossas atitudes de cidadãos dos céus e da terra conscientes.